RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
AAdministração da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (a "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas de Parecer dos Auditores Independentes referentes ao Exercício Social de 2013.

Cenário Econômico
A economia brasileira avançou 2,3% em 2013, acima do avanço de 1% no ano anterior. No quarto trimestre de 2013, o PIB cresceu 0,7%, depois de ter recuado 0,5% nos três meses anteriores. Para 2014 a perspectiva de crescimento foi revisada para baixo e espera-se um PIB em torno de 1,9%. Os principais fatores são a expectativa de um consumo interno mais fraco, decorrente de uma disponibilidade de crédito mais escassa e redução do nível de confiança do consumidor. (fonte: valor econômico, 25 de fevereiro 2014).

Desempenho da Companhia
A produção de Dióxido de Titânio da Companhia em 2013 foi 6,3% maior quando comparada com a de 2012. Este aumento do volume de produção deve-se à expectativa de retomada da demanda por produto, a melhor confiabilidade da planta e a maior disponibilidade de alguns insumos básicos. O custo de produção unitário foi 4,1% maior que em 2012. Este aumento deve-se principalmente ao aumento de preço das matérias primas utilizadas no processo produtivo do TiO2, além disso a desvalorização do real provocou um aumento no custo das matérias-primas cotadas em dólar.
O custo de produção também sofreu impacto devido ao aumento de preço de contratos de prestação de serviços em torno de 11% comparado com o ano anterior e o reajuste da folha de pagamento aumento de 8% ref. a acordo coletivo da categoria, 1,9% acima da inflação do período. Por outro lado o aumento do volume produzido contribuiu para diluição dos seus custos fixos no custo total dos produtos acabados.
O volume de vendas de Dióxido de Titânio no acumulado do ano fechou com uma redução de 5,08%, quando comparado ao volume vendido no ano anterior, enquanto a demanda brasileira apresentou um crescimento aparente de 2,8%. No âmbito mundial, a recuperação da demanda por Dióxido de Titânio seguiu firme e estável. No entanto, no Brasil, nossos clientes reportaram uma certa volatilidade na demanda por seus produtos ao longo do ano - como para estes produtos o Dióxido de Titânio é matéria-prima relevante, este comportamento de mercado alterou o padrão histórico e sazonal da demanda pelo pigmento em 2013. (fonte: Inteligência de Mercado – Cristal)
No último semestre do ano, além dos efeitos da mencionada volatilidade dos mercados finais, sentimos uma queda relevante nas vendas de nosso pigmento causada pela excessiva oferta de produtos importados, principalmente os de origem chinesa. Esta oferta foi estimulada pela redução temporária da alíquota do imposto de importação de 12% para 2%, a qual teve a sua vigência estabelecida por 6 meses pelo Governo Federal, com efeito prático entre os meses de Junho e Novembro – o benefício do imposto, mesmo que limitado a uma cota em volume de 47.000 toneladas, foi decisivo para a perda de nossa participação no mercado. No balanço final, os consumidores de Dióxido de Titânio importaram um volume significativamente maior em 2013, de 11% sobre o volume de 2012.
A consequência da volatilidade de mercado associada aos efeitos da decisão governamental, além da retração das vendas, refletiu em nossos estoques de pigmentos. Encerramos 2013 com estoques 29% acima dos do ano anterior. Para o quarto trimestre, fechamos com estoque para cerca de 60 dias de vendas futuras, contra os 30 dias médios do trimestre anterior.
Com relação aos preços dos pigmentos, podemos comentar que a produção mundial da indústria foi mantida abaixo dos níveis históricos por todo o ano e, com as vendas em recuperação, o nível estimado dos estoques globais da indústria parece estar muito próximo ao equilíbrio. Com um melhor equilíbrio entre oferta e demanda, os preços deste quarto trimestre se estabilizaram em relação aos do terceiro, após vários trimestres de queda.

Mineração
As atividades de mineração da Companhia são realizadas pela subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda., atual denominação da Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda.
Quanto aos produtos da nossa atividade em mineração, podemos citar importante retomada do volume de venda de Zirconita no ano. Neste trimestre encerramos com um volume 48,8% acima do orçado para o período e 72,7% acima do volume vendido no ano de 2012. No entanto, acusamos a queda igualmente importante no preço do mineral no trimestre, de cerca de 37% em relação ao preço médio praticado em igual período do ano anterior.
A Companhia produziu 111.799 ton de Ilmenita, 20.587 ton de Zirconita, 2.030 ton de Rutilo e 1.095 ton de Cianita. Adicionalmente, a Companhia exportou 49.691 ton de Ilmenita em 2013. As operações de mineração da Companhia contam atualmente com as certificações ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde Ocupacional), NBR 16.001:2004 (Responsabilidade Social).

Mercado de Capitais
As ações da Companhia negociadas na BM&FB em 29 de dezembro de 2013, possuem as seguintes quantidades e valores: TIBR3 volume 812.671,840 ON valor R$ 0,16, TIBR5 volume 987.379,050 Pref. "A" valor R$ 0,24 e TIBR6 volume 521.448,880 Pref. B valor R$ 0,22.

Prestação de Outros Serviços pelos Auditores Independentes
A política de contratação de serviços junto aos auditores independentes da Companhia não se conflita ou se relaciona com os serviços específicos de auditoria externa, os quais preservam sua independência, em observância aos princípios de auditoria internacionalmente aceitos.
Os serviços contratados junto aos auditores independentes em 2013, que não se enquadram como relacionados à auditoria externa, referem-se a revisões tributárias e representaram cerca de 17% dos honorários totais de trabalhos relacionados à auditoria externa.
Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.
A Ernst & Young declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Ernst & Young.

Resultado do Exercício
A receita líquida em 2013 da Controladora reduziu 14,43% (10,7% consolidado) em relação à receita líquida do exercício anterior devido principalmente a diminuição do preço médio de venda por tonelada em moeda local do pigmento, que foi de 10,35%, enquanto que no setor de mineração houve ainda uma redução de 55,97% no preço médio da Zirconita, quando comparados com os preços médios do ano de 2012. Por outro lado, conforme mencionado anteriormente, a Companhia reduziu o volume de vendas de Dióxido de Titânio em 5,04% e aumento do volume de vendas de Zirconita em 72,7% quando comparado com o do ano de 2012.
Os custos de produção por tonelada de pigmento, em moeda corrente, foram 4,7% superiores aos do exercício anterior, resultado do aumento de preço de matérias-primas como a Escória de Titânio, matérias-primas cotadas em dólar, além de aumento no preço dos contratos de prestação de serviços em torno de 11%, impactados pelos reajustes salariais concedidos a categoria destes prestadores e reajuste na folha de pagamento de 8% conf. acordo coletivo da categoria.
A alteração dos critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para cálculo da depreciação atendendo a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, levou a Companhia a reconhecer em 2010 o valor de R$ 17.625 mil referente à aceleração da depreciação dos itens do seu ativo imobilizado, de acordo com a utilização das taxas de depreciação globalmente aceitas e aprovadas pelo grupo interno de engenharia de produção. Em 2013 a depreciação foi de R$ 30.239 mil (R$ 30.068 mil em 2012).
A Companhia apurou provisão de Impairment com base no seu valor justo para a sua Unidade de Ácido Sulfúrico, paralisada desde dezembro de 2008, em função de não haver perspectivas de realização. O efeito dessa provisão gerou uma despesa de R$ 10.038 mil no resultado de 2010.
Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R$ 764, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. No ano de 2013, as parcelas dilatadas foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R$ 6.539, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R$ 1.676 no exercício de 2013.
A Companhia possui ainda, fundamentada no Laudo Constitutivo nº. 0062/2008 de 20 de maio de 2008, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito à redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de Dióxido de Titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. O prazo deste incentivo é de 10 anos, vigente até o ano calendário de 2017. O benefício foi concedido levando em consideração a modernização da planta da Companhia.
A apreciação da cotação do dólar norte-americano em relação ao real quando comparando dezembro de 2013 com dezembro de 2012, provocou um efeito positivo no endividamento constituído em moeda estrangeira, totalizando uma variação cambial negativa líquida de R$ 474 mil em 2013.
Em virtude do exposto nos parágrafos acima, o resultado da Companhia, que em 2012 foi de lucro de R$ 50.118 mil, passou a um lucro de R$ 11.514 mil no ano de 2013.

Distribuição de Resultados
Em dezembro de 2013 foram provisionados dividendos mínimos de 6% (seis por cento) sobre o valor nominal. Os dividendos provisionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R$ 9.750 mil, são demonstrados a seguir:

Dividendos Ações classe "A";	R$ 4.147 mil.
Dividendos Ações classe "B";	R$ 2.190 mil.
Dividendos Ações Ordinárias;	R$ 3.413 mil.

Investimentos
Os investimentos no imobilizado em 2013 somaram R$ 8.175 mil na controladora (2012, R$ 9.749 mil) e R$ 15.966 mil no consolidado (2012 – R$ 17.992), concentrando-se principalmente em investimentos na Bahia, focando as áreas de meio ambiente, segurança, confiabilidade, automação e eficiência do processo, resultando no aumento da produtividade da unidade.

Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 montam R$ 3.542 mil e R$ 3.550 mil, Controladora e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012 era da ordem de R$ 7.139 mil e R$ 17.248, controladora e consolidado respectivamente. Vide Nota Explicativa nº 14.

Recursos Humanos
O quadro de funcionários da Controladora conta com 393 empregados diretos (412 no ano de 2012) incluindo os funcionários da área Comercial lotados no Escritório de Vendas em São Paulo. No Consolidado a companhia totalizou em 2013, 553 empregados diretos (572 no ano de 2012). Adicionalmente a companhia apresenta baixos índices de "Turn-over" no seu quadro de funcionários, em 2013 no Consolidado este índice foi de 0,65% (0,9% em 2012).
A política adotada pela Cristal posiciona a remuneração na mediana dos mercados onde atua. Frequentes participações em grupos de pesquisa garantem a efetividade das práticas de remuneração, identificando tendências e posicionando de forma adequada às mesmas. Adicionalmente, a empresa oferece incentivos financeiros alinhados com as principais práticas de mercado. Entre os principais benefícios estão: Participação nos Lucros, previdência privada, auxílio Educação, Assistência Médica, assistência odontológica, programa Qualidade de Vida, dentre outros.
Em 2013 os treinamentos destacaram-se pela priorização para a capacitação técnica, melhoria do desempenho em segurança, saúde e meio ambiente, além de atendimento das necessidades de atualização frente às constantes atualizações de legislação nas áreas fiscal e de segurança. Considerando a totalidade de homens / horas trabalhadas em 2013, 4,6 % dessas horas foram direcionadas para treinamento, colocando a Cristal Pigmentos do Brasil entre as melhores práticas encontradas nos mercados europeu e americano.
O foco na preparação das pessoas para atendimento às demandas existentes nas áreas de segurança, saúde e meio ambiente foi reforçado com o desenvolvimento do seminário DuPont de Auditoria comportamental, definido novo marco na evolução do processo de monitoramento das condições de segurança das várias atividades que diretamente ocorrem nas áreas industrial e administrativa.
Cerca de 1.500 horas de treinamento foram direcionadas para o desenvolvimento dos empregados em processo de gestão, negociação, planejamento estratégico, formação e reciclagem de líderes. Destaque para o novo Modelo de Liderança Cristal lançado no Brasil em seminário específico e com programação extensiva para todos os líderes ao longo do biênio 2013/2014.
Com programa regulamente revisado e melhorado a cada edição, o CT – Centro de Treinamento Técnico da Cristal, formou 28 novos técnicos para as áreas de operação, manutenção e laboratório.

Balanço Social 2013
Em 2013, a Cristal Pigmentos do Brasil S.A. foi reconhecida como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, no segmento Químico e Petroquímico, pela edição de 2013 do Guia Você S/A – As Melhores Empresas para Você Trabalhar (Editora Abril). Na relação das 150 empresas listadas na publicação, a Cristal aparece como a décima melhor no ranking geral. A mesma publicação relaciona a subsidiária Cristal Mineração Brasil Ltda., como a quarta melhor empresa do ano no segmento Mineração.
No relacionamento com as comunidades, em 2013 foi dada continuidade ao Programa Educação para o Milênio, criado em 2010 em parceria com Secretaria de Educação do Município de Camaçari (BA). No ano foram capacitados 195 professores e 192 coordenadores técnicos da rede municipal, beneficiando indiretamente 30 mil alunos. O programa abrange todas as escolas municipais da orla de Camaçari. Além das formações, o programa promoveu em 2013, o Festival de Quadrilha Junina, com a participação de 180 alunos, através de apresentações das diversas manifestações da cultura popular nordestina. Também na área de educação, o apoio disponibilizado ao Ponto de Cultura Abolição oferece aulas de inglês para 60 crianças e adolescentes.
Na área de saúde e bem-estar para a comunidade, a Cristal desenvolve, desde março de 2013, o Projeto Melhor Idade na localidade de Areias, com o objetivo de elevar a autoestima e melhorar a qualidade de vida daquela população. Com atividades duas vezes por semana, foram realizados durante o ano 82 encontros, envolvendo práticas aplicadas por profissionais de educação física (caminhadas, ginástica aeróbica, aulas de circuito, atividades de estabilização-equilíbrio, fortalecimento muscular, dinâmicas de grupo, aferição de pressão arterial e medidas antropométricas...). Houve também presença periódica de médicos e nutricionistas, que ministraram palestras aos participantes. O projeto visa também, integrar, informar e socializar as pessoas, entendendo que por meio da atividade física pode-se alcançar diversos aspectos relacionados à saúde, incluindo não só a prevenção, mas o tratamento de doenças como depressão, cardiopatias, hipertensão, artrite, osteoporose, entre outras. O grupo atendido é composto por 70 pessoas a partir dos 40 anos.
Foram também realizadas ações de limpeza de praias, matas e margens de rios, em parceria com associações de moradores e ONG's. Em 2013 foram realizados três eventos envolvendo aproximadamente 500 pessoas nas localidades de Areias, Arembepe, Buraquinho e Jauá. Em 2013, o Clube de Leitura da Cristal comemorou 6 anos de existência. O projeto acontece em Areias, Jauá e Arembepe, e em 2013 contou com 13.572 presenças em 497 encontros.
O Clube de Leitura também promove a qualificação de professores da região. Em 2013, um total de 58 professores do ensino fundamental da rede municipal e particular de Camaçari participaram da formação em contação de história, incluindo práticas/técnicas de contação e uma ampla discussão sobre a importância da contação de histórias na formação do leitor, com foco nos alunos em alfabetização.
Também voltado para a formação do cidadão, foi continuado em 2013 o Projeto de Apoio ao Esporte, que patrocina ou apoia iniciativas como aulas de capoeira (840 alunos de Areias, Arembepe, Abrantes e Centro de Camaçari), futebol e hapkido, além de estimular o esporte amador nas categorias corrida de rua (incluindo empresa fábrica Bahia), corrida de aventura e surf. Criado em 2011, o Projeto Esporte Cidadão levou aulas de Hapkido para 150 crianças das comunidades de Areias, Arembepe e Jauá, além de filhos de caseiros e seguranças de um condomínio próximo à fábrica. As aulas são ministradas por professor da Federação Baiana de Hapkido.
Criado pela Cristal com o objetivo de apoiar pescadores localizados na Estrada do Coco a aumentarem a produtividade, o Projeto Amigo Pescador realizou em 2013 ações voltadas para as colônias Z-57 (sede em Buraquinho) e Z-14 (sede em Arembepe). Na parceria com a Z-57 a Cristal continuou publicando anúncios mensais na revista de maior circulação na região, totalizando 12 anúncios no ano, divulgando a peixaria da Colônia – que foi reformada pela empresa no início do projeto Amigo Pescador.
A parceria com a Colônia Z-14 apoiou as manifestações culturais realizadas pelos pescadores de Arembepe, Jauá e Buraquinho.
Atenção especial também é dada aos programas de comunicação com as comunidades vizinhas à fábrica baiana, através de reuniões e participação em conselhos comunitários, além do programa de visitação Portas Abertas e da linha gratuita 0800. Em 2013, o Programa Portas Abertas levou à fábrica 435 visitantes de diversas regiões de Camaçari, Salvador e outros estados. Foram 31 visitas no ano, quando os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto a atuação da Cristal nas áreas ambiental, social e de processo industrial. Todas essas iniciativas em parceria com a comunidade realizadas na Bahia estão em conformidade com as condicionantes da licença de operação da fábrica.
A seguir estão relacionados os principais projetos realizados pela subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda., na Paraíba.
Vale destacar que em julho de 2011, após auditoria dos órgãos certificadores, os sistemas de gestão da subsidiária mantiveram o certificado da ISO 9001 versão 2008, ISO 14001 versão 2004 e na OHSAS 18001 versão 2007.
O Programa de Educação Ambiental é realizado na Base de Pesquisas Ambientais da mina, onde alunos e professores recebem informações sobre preservação do meio ambiente, conhecem na prática a fauna e flora local e percorrem trilhas ecológicas. Desde 1996, quando o programa foi iniciado, 6.797 estudantes e 571 professores já visitaram a área de proteção ambiental.
O Programa de Recomposição de Áreas Mineradas garantiu, em 2013, o plantio de 77.556 mudas (totalizando 1.374.639 desde o início do programa). Com isso foram recuperados no ano 26,56 hectares, completando um total de 466,74 hectares recompostos. Dez famílias da zona rural do município de Mataraca são diretamente envolvidas na produção de mudas nativas, atividade que promove geração de renda. Essas famílias em 2013 foram responsáveis por mais de 80% da quantidade de mudas demandada pelo programa.
O Programa Portas Abertas também acontece na mina, com o objetivo de estabelecer um relacionamento transparente com empregados, familiares e comunidades. Na mina, o programa de visitação teve início em 1995 e já envolveu mais de 6.520 pessoas. O público alvo são estudantes e professores de escolas e faculdades, grupos das comunidades do entorno e família dos empregados.

A Administração

Paulo Roberto Dantas Oliveira
Conselho de Administração

Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras
Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.675**	43.979	**28.373**	63.099
Contas a receber de clientes	7	**39.998**	68.618	**45.013**	83.637
Dividendos a receber	11	**29.065**	20.809	**-**	-
Estoques	8	**145.060**	133.612	**219.360**	201.691
Tributos a recuperar	9	**5.233**	4.759	**5.677**	5.132
Partes relacionadas	20	**6.888**	4.508	**4.284**	1.489
Outros ativos	24	**22.058**	1.548	**22.259**	2.480
		253.977	**277.833**	**324.966**	**357.528**
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	**372**	439	**869**	978
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**26.737**	20.736	**44.337**	33.501
Depósitos judiciais	16	**3.782**	3.150	**4.460**	3.328
Investimentos	11	**150.821**	141.779	**-**	-
Imobilizado	12	**127.129**	149.065	**182.984**	210.976
Intangível	13	**1.634**	1.989	**2.032**	2.202
Total do ativo		**310.475**	317.158	**234.682**	250.985
		564.452	594.991	**559.648**	608.513

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Passivo Circulante					
Fornecedores		**9.536**	51.233	**10.630**	53.823
Empréstimos e financiamentos	14	**3.542**	7.139	**3.550**	17.248
Salários e encargos sociais		**13.338**	12.656	**15.394**	14.518
Impostos, taxas e contribuições	15	**2.878**	3.300	**11.482**	11.996
Partes relacionadas	20	**89.473**	67.763	**33.713**	30.624
Dividendos a pagar	18	**2.006**	18.182	**2.006**	18.182
Provisões	16	**753**	387	**753**	387
Outros passivos	24	**8.223**	7.570	**8.163**	7.655
		129.749	168.230	**85.691**	154.433
Não circulante					
Fornecedores		**1.436**	1.347	**1.436**	1.347
Empréstimos e financiamentos	14	**-**	-	**-**	8
Impostos, taxas e contribuições	15	**6.384**	6.618	**6.384**	6.618
Provisões	16	**5.434**	6.421	**9.870**	7.169
Gastos para recuperação da mina	17	**-**	-	**34.819**	26.563
		13.254	14.386	**52.508**	41.705
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**162.505**	162.505	**162.505**	162.505
Reservas de capital		**181.896**	188.925	**181.896**	188.925
Reservas de lucros		**70.032**	60.945	**70.032**	60.945
Dividendo adicional proposto		**7.016**	-	**7.016**	-
		421.449	412.375	**421.449**	412.375
Total do passivo e do patrimônio líquido		**564.452**	594.991	**559.648**	608.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital: Ágio na integralização de ações	Reservas de capital: Correção monetária especial	Reservas de capital: Isenção e redução de imposto de renda	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias: Especial para dividendos	Reservas de lucros: Estatutárias: Isenção e redução de imposto de renda	Reservas de lucros: Estatutárias: Para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**162.505**	**22.791**	**21.633**	**136.307**	**7.241**	**3.693**	**3.042**	**18.378**		**-**	**375.590**
Dividendos adicionais de exercícios anteriores						**(2.718)**					**(2.718)**
Lucro líquido do exercício										**50.118**	**50.118**
Destinação proposta:											
Dividendos propostos						**-**				**(10.615)**	**(10.615)**
Constituição de reservas				**8.194**	**2.506**	**-**	**(3.042)**	**31.845**		**(39.503)**	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**162.505**	**22.791**	**21.633**	**144.501**	**9.747**	**975**	**-**	**50.223**	**-**	**-**	**412.375**
Lucro líquido do exercício										**11.514**	**11.514**
Destinação proposta:											
Dividendos mínimos obrigatórios										**(2.734)**	**(2.734)**
Dividendos propostos									**7.016**	**(7.016)**	**-**
Constituição de reservas				**(7.029)**	**577**		**7.095**	**1.415**		**(1.764)**	**294**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**162.505**	**22.791**	**21.633**	**137.472**	**10.324**	**975**	**7.095**	**51.638**	**7.016**	**-**	**421.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receitas				
Vendas brutas de produtos	**387.591**	447.506	**488.207**	548.259
Outras receitas	**20.178**	2.525	**20.429**	2.746
	407.769	450.031	**508.636**	551.005
Insumos adquiridos de terceiros	**(256.339)**	(254.585)	**(266.392)**	(260.740)
Valor adicionado bruto	**151.430**	195.446	**242.244**	290.265
Depreciação e amortização	**(30.240)**	(30.500)	**(44.029)**	(43.012)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**121.190**	164.946	**198.215**	247.253
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	**37.997**	46.621	**-**	-
Receitas financeiras	**2.367**	2.782	**3.349**	4.214
Outras receitas	**24**	-	**24**	-
	40.388	49.403	**3.373**	4.214
Valor adicionado total a distribuir	**161.578**	214.349	**201.588**	251.467
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**72.281**	70.097	**85.886**	83.024
Salários e encargos	**53.742**	51.765	**62.424**	60.034
Outros benefícios	**14.979**	14.927	**19.338**	19.060
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	**3.560**	3.405	**4.124**	3.930
Impostos, Taxas e Contribuições	**72.567**	87.357	**93.752**	106.832
Federais	**36.852**	49.968	**50.819**	64.942
Estaduais	**33.880**	36.600	**39.236**	38.979
Municipais	**1.835**	789	**3.597**	2.911
Financiadores	**5.216**	6.777	**10.436**	11.493
Juros e variações cambiais	**3.601**	5.197	**6.567**	7.927
Aluguéis	**1.572**	1.580	**3.826**	3.566
Outras	**43**	-	**43**	-
Lucros retidos do exercício	**11.514**	50.118	**11.514**	50.118
Dividendos propostos	**2.734**	10.615	**2.734**	10.615
Dividendo adicional proposto	**7.016**	-	**7.016**	-
Reserva legal	**577**	2.506	**577**	2.506
Reserva de incentivo fiscal	**(228)**	5.152	**(228)**	5.152
Reserva de lucros	**1.415**	31.845	**1.415**	31.845
Valor adicionado distribuído	**161.578**	214.349	**201.588**	251.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Em milhares de reais

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.514**	56.987	**11.082**	64.339
Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**30.240**	30.500	**44.029**	43.012
Resultado da equivalência patrimonial	**(37.997)**	(46.621)	**-**	-
Variações monetárias, líquidas	**(613)**	(2.071)	**(753)**	(2.071)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	**324**	319	**506**	532
Ajuste a valor presente provisão para recuperação da mina	**-**	-	**2.769**	2.415
Constituição / (reversão) de provisões, líquidas	**(2.923)**	(718)	**993**	(494)
	(5.455)	38.396	**58.626**	107.733
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	**28.013**	(15.361)	**37.691**	(18.919)
Estoques	**(8.541)**	(52.635)	**(14.761)**	(65.475)
Fornecedores	**(41.608)**	37.461	**(43.104)**	36.731
Partes relacionadas	**25.524**	14.474	**1.805**	4.386
Obrigações trabalhistas	**682**	(337)	**876**	(414)
Obrigações fiscais	**(3.753)**	(2.069)	**(10.571)**	(8.289)
Parcelamento fiscal	**(794)**	(650)	**(794)**	(650)
Outros ativos e passivos	**(17.933)**	5.612	**(20.570)**	6.436
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(23.865)**	24.891	**9.198**	61.543
Juros pagos	**(100)**	(84)	**(121)**	(105)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(2.868)	**(379)**	(6.574)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**23.965**	21.939	**8.698**	54.865
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	**(8.275)**	(10.250)	**(10.171)**	(12.195)
Dividendos recebidos	**17.100**	30.812	**-**	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**8.825**	20.562	**(10.171)**	(12.195)
Dividendos Pagos	**(19.668)**	(2.591)	**(19.668)**	(2.591)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	**-**	697	**-**	4.647
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(3.496)**	(425)	**(13.585)**	(511)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(23.164)**	(2.319)	**(33.253)**	1.545
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(38.304)**	40.182	**(34.726)**	44.215
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**43.979**	3.797	**63.099**	18.884
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.675**	43.979	**28.373**	63.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 24 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA
Shirley Nara S. Silva

>>> continuação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Operações Continuadas					
Receitas	21	**311.718**	364.278	**404.945**	455.774
Custo das vendas	22	**(336.942)**	(323.965)	**(370.626)**	(349.037)
Lucro bruto		**(25.224)**	40.313	**34.319**	106.737
Despesa com vendas	23	**(7.263)**	(7.161)	**(17.950)**	(16.167)
Despesas gerais e administrativas	22	**(16.163)**	(14.163)	**(19.914)**	(16.573)
Honorários da administração	20	**(1.364)**	(1.311)	**(1.364)**	(1.311)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**37.997**	46.621	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	**16.216**	(4.498)	**16.399**	(4.234)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**4.199**	59.801	**11.490**	68.452
Receitas financeiras		**2.367**	2.782	**3.349**	4.214
Despesas financeiras		**(1.526)**	(1.756)	**(4.361)**	(4.443)
Variação cambial, líquida		**474**	(3.840)	**604**	(3.884)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**5.514**	56.987	**11.082**	64.339
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	**-**	(3.210)	**(10.403)**	(13.802)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	**6.000**	(3.659)	**10.835**	(419)
Lucro líquido do exercício		**11.514**	50.118	**11.514**	50.118
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	26				
Ordinárias		812.672	812.672	812.672	812.672
Preferenciais Classe "A"		987.379	987.379	987.379	987.379
Preferenciais Classe "B"		521.449	521.449	521.449	521.449
Lucro básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício - R$					
Ordinárias		0,003	0,020		
Preferenciais Classe "A"		0,007	0,024		
Preferenciais Classe "B"		0,003	0,020		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Em milhares de reais

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Lucro líquido do exercício	**11.514**	50.118	**11.514**	50.118
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda				
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda				
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	**11.514**	50.118	**11.514**	50.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. Informações Gerais

A Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), antigamente Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda. ("Cristal Mineração" ou "Controlada"), antigamente denominada Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda., com sede em Mataraca - PB. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente ácido sulfúrico e pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias primas aplicadas ou não em sua própria produção; a importação e a exportação de matérias primas e de produtos industrializados acabados; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos. A controlada tem por objeto a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, ilmenita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação, com previsão de exaustão da mina em 2019. A National Titanium Dioxide Company Ltd. ("Cristal") é possuidora indireta de 804.729.760 ações ordinárias e 868.553.315 ações preferenciais de emissão da Companhia, que representam mais de 99% do capital votante e 71,65% do capital total da Companhia.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta controlada pela Thann Chimie SAS.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para recuperação do passivo ambiental da mina e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Aliquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos e abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos foram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações está apresentada na Nota 6.

d) Contas a receber de clientes

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contraprestá está registrada como tributos a recuperar.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

h) Provisão para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida a provisão que suportar tais gastos;

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 2013 de 8,49% a.a. (2012 – 10,50%).

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados deduzivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

k) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

As subvenções estaduais são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das controladas como reserva de capital.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais da Bahia e da Paraíba. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Administração da Companhia entende ter direito a tais benefícios e vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução da questão nos tribunais e não acredita que incorrerá em perdas decorrentes de tal assunto.

A Companhia gozou do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 75% pelo ano calendário de 2017 sobre o lucro da exploração decorrente da produção de dióxido de titânio, conforme mencionado na Nota 19 (b).

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração a experiência de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; a provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

p) Benefícios pós emprego

A Companhia oferece aos seus empregados o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, administrado pelo Itaú Previdência e Seguros S.A. – Itauprev. Por ser um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes. A administração da Companhia avaliou e concluiu não haver efeitos relevantes decorrentes da aplicação das disposições previstas na Deliberação CVM 695/12.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação além de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

q) Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

r) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da diluição do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em razão da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/IFRIC e se aplicam pela primeira vez em 2013, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Essas alterações incluem o IAS 19 – Benefícios a Empregados, IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011), las 28 – Investimento em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado (revisada em 2011), Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Alterações à IAS 6 – Imobilizado.

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em "outros resultados abrangentes" e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A data de aplicação será a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" – traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. Será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento" – em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidades de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. Serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014. Estas normas ainda não foram editadas pelo CPC.

A Companhia efetuou a análise dessas normas e concluiu que elas não trarão impactos às suas demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

4.1 Demonstrações financeiras consolidadas

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detem o controle, sendo que o investidor detém controle sobre uma investida quando está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao seu poder sobre a investida. As controladas são inteiramente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia não possui coligadas em 31 de dezembro de 2013.

4.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seus endividamentos em nível competitivo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro, descritas abaixo, que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

(a) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense.

As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 2,41% e 5,18%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as compras de matéria-prima com preços atrelados à cotação de moedas estrangeiras representam, aproximadamente, 41,22% (2012 – 39,72%) do custo de produção.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Os saldos de clientes, fornecedores no exterior e empréstimos e financiamentos cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Clientes no exterior	**852**	2.646	**852**	2.646
Fornecedores no exterior	**(1.453)**	(41.070)	**(1.453)**	(41.070)
Partes relacionadas - empréstimos	**(32.796)**	(30.544)	**(32.796)**	(30.544)
	(33.397)	**(68.968)**	**(33.397)**	**(68.968)**

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuadamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora Menos de um ano	Controladora Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2013		
Fornecedores	**9.536**	**1.436**
Empréstimos e financiamentos	**3.542**	**-**
Empréstimos - Partes relacionadas	**89.473**	**-**
Em 31 de dezembro de 2012		
Fornecedores	51.233	1.347
Empréstimos e financiamentos	7.139	-
Empréstimos - Partes relacionadas	67.763	-

	Consolidado Menos de um ano	Consolidado Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2013		
Fornecedores	**10.630**	**1.436**
Empréstimos e financiamentos	**3.550**	**-**
Empréstimos - Partes relacionadas	**33.713**	**-**
Em 31 de dezembro de 2012		
Fornecedores	53.823	1.347
Empréstimos e financiamentos	17.248	8
Empréstimos - Partes relacionadas	30.624	-

(e) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2013, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	Descrição	Efeito Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Aplicação Financeira	Variação de 10% do CDI	**2.654**	**3.318/1.991**	**3.982/1.327**
Empréstimos e financiamentos	Variação de 10% do CDI	**(373)**	**(466)/(280)**	**(559)/(186)**
	Efeito total líquido	**2.281**	**2.852/1.711**	**3.423/1.141**

Risco cambial

Instrumento/operação	Descrição	Efeito Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Clientes no exterior	Variação de 10% do dólar	**(9)**	**509/(492)**	**1.010/(993)**
Empréstimos e financiamentos e dívidas com partes relacionadas	Variação de 10% do dólar	**294**	**(17.584)/16.995**	**(34.873)/34.285**
Fornecedor	Variação de 10% do dólar	**15**	**(918)/887**	**(1.820)/1.789**
	Efeito total líquido	**300**	**733/(733)**	**878/(878)**

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração da Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumarizados:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Total dos empréstimos, financiamentos e dívidas com partes relacionadas (Notas 14 e 20)	**93.015**	74.902	**37.263**	47.880
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(5.675)**	(43.979)	**(28.373)**	(63.099)
Dívida líquida	**87.340**	30.923	**8.890**	(15.219)
Total do patrimônio líquido	**421.449**	412.375	**421.449**	412.375
Total do capital	**508.789**	443.298	**430.339**	397.156
Índice de alavancagem financeira	**17%**	14%	**2%**	0%

5.2 Instrumento financeiro por categoria

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Controladora Total
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	**39.998**		**39.998**
Partes relacionadas	**6.888**		**6.888**
Depósitos judiciais	**3.782**		**3.782**
Caixa e equivalentes de caixa	**2.626**	**3.049**	**5.675**
	53.294	**3.049**	**56.343**
31 de dezembro de 2012			
Contas a receber de clientes	68.618		68.618
Partes relacionadas	4.508		4.508
Depósitos judiciais	3.150		3.150
Caixa e equivalentes de caixa	9.867	34.112	43.979
	86.143	34.112	120.255

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Consolidado Total
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	**45.013**		**45.013**
Partes relacionadas	**4.284**		**4.284**
Depósitos judiciais	**4.460**		**4.460**
Caixa e equivalentes de caixa	**3.165**	**25.208**	**28.373**
	56.922	**25.208**	**82.130**
31 de dezembro de 2012			
Contas a receber de clientes	83.637		83.637
Partes relacionadas	1.489		1.489
Depósitos judiciais	3.328		3.328
Caixa e equivalentes de caixa	11.942	51.157	63.099
	100.396	51.157	151.553

Outros passivos financeiros	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2013		
Empréstimos e financiamentos	**3.542**	**3.550**
Partes relacionadas	**89.473**	**33.713**
Fornecedores e outras obrigações (a)	**33.572**	**45.326**
	126.587	**82.589**
31 de dezembro de 2012		
Empréstimos e financiamentos	7.139	17.256
Partes relacionadas	67.763	30.624
Fornecedores e outras obrigações (a)	75.154	88.302
	150.056	136.182

(a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

5.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos m

>>> continuação

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	**38.300**	64.561	**43.105**	79.448
Vencidas:				
Até 30 dias	**1.698**	3.910	**1.842**	4.042
De 31 a 60 dias	**-**	125	**66**	125
De 61 a 150 dias	**-**	22	**-**	22
Acima de 150 dias	**-**	607	**-**	933
	39.998	69.225	**45.013**	84.570

A movimentação da provisão para liquidação dos devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	607	934
Reversão de provisão	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	607	933
Reversão de provisão	(607)	(933)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	**46.234**	35.339	**59.635**	51.364
Produtos em elaboração	**10.166**	16.724	**66.241**	64.928
Matérias-primas	**77.498**	66.348	**73.889**	66.800
Importações em andamento	**339**	6.962	**339**	6.962
Materiais de suprimento	**14.025**	14.349	**22.458**	17.747
Provisão para desvalorização e perdas (a)	**(3.202)**	(6.110)	**(3.202)**	(6.110)
	145.060	133.612	**219.360**	201.691

(a) Refere-se a provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento.

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.294
Constituição de provisão para perda na realização de estoques	4.886
Reversão de provisão para itens obsoletos	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.110
Constituição de provisão para itens obsoletos	1.978
Reversão de provisão para perda na realização de estoques	(4.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.202

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**1.618**	2.180	**1.618**	2.180
Imposto sobre a circulação de mercadoria e prestação de serviços - ICMS (i)	**2.871**	2.552	**3.384**	3.091
Imposto sobre produto industrializado - IPI	**71**	137	**71**	137
Imposto de renda - IR e Contribuição social - CS	**623**	329	**1.051**	702
IRRF a recuperar	**422**	-	**422**	-
	5.605	5.198	**6.546**	6.110
Circulante	**5.233**	4.759	**5.677**	5.132
Não Circulante (i)	**372**	439	**869**	978

(i) Refere-se ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos, cuja realização não ocorrerá no prazo de 12 meses.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2013 totalizam R$ 51.262 (2012 – R$ 41.420). No entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado apenas o montante de R$ 26.737 (2012 – R$ 20.736), tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributários futuros.
A Controlada possui imposto diferido ativo no montante de R$ 17.600 em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R$ 12.765) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão constituída para recuperação da mina.
A Administração vem monitorando a evolução desses créditos, e com base nos fluxos de caixa futuros, espera recuperar esses valores registrados contabilmente no prazo máximo de até dez anos.
A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos referidos créditos fiscais está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2013	2012	2013	
2013	-	522	-	2.182
2014	-	1.355	**2.522**	2.650
2015	**11.238**	1.355	**13.760**	2.522
2016	**5.391**	1.355	**7.913**	2.522
2017	**6.056**	1.355	**8.578**	2.522
2018 até 2021	**4.052**	14.794	**11.564**	21.103
	26.737	20.736	**44.337**	33.501

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e sua controlada.
A Administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que os impostos serão efetivamente realizados pela compensação / exclusão com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da materialização das provisões e da expectativa de rentabilidade projetada no plano de negócios.

11. Investimentos

	Controladora	
	2013	2012
Cristal Mineração do Brasil Ltda	**150.821**	141.779

Dados da Controlada	2013	2012
Capital social	**111.950**	111.950
Quantidade de ações possuídas (em milhares)	**11.195**	11.195
Participação no capital total	**100%**	100%
Patrimônio líquido	**150.821**	141.779
	2013	**2012**
Lucro líquido do exercício	**37.997**	46.621
Incentivo fiscal - Imposto de renda	**8.935**	10.809

Movimentação do Investimento	2013	2012
Saldo no início do exercício	**141.779**	129.751
Equivalência patrimonial	**37.997**	46.621
Constituição de reserva de incentivo fiscal de exercícios anteriores	**110**	1.218
Dividendos	**(29.065)**	(35.811)
Saldo no final do exercício	**150.821**	141.779

A Companhia possui dividendos a receber em 31 de dezembro de 2013 da Cristal Mineração no montante de R$ 29.065 (2012 – R$ 20.809).

12. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Outros	Obras em andamento	Controladora Total
Em 01 de janeiro de 2012	1.017	39.822	75.778	39.737	5.786	7.563	169.703
Adições	-	-	1.694	211	3.030	4.814	9.749
Baixas, líquidas	-	-	(122)	(8)	(93)	(96)	(319)
Depreciação	-	(4.517)	(15.701)	(9.225)	(625)	-	(30.068)
Transferência entre ativos	-	-	9.907	656	(1.821)	(8.742)	-
Em 31 de dezembro de 2012	1.017	35.305	71.556	31.371	6.277	3.539	**149.065**
Adições	-	-	1.099	98	2.544	4.434	8.175
Baixas, líquidas	-	-	(92)	(3)	(69)	(160)	(324)
Depreciação	-	(4.517)	(15.863)	(8.631)	(776)	-	(29.787)
Transferência entre ativos	-	-	5.187	149	(1.782)	(3.554)	-
Em 31 de dezembro de 2013	**1.017**	**30.788**	**61.887**	**22.984**	**6.194**	**4.259**	**127.129**
Custo total	1.017	92.354	245.602	139.590	17.197	4.259	500.019
Depreciação acumulada	-	(61.566)	(183.715)	(116.606)	(11.003)	-	(372.890)
Saldo líquido	**1.017**	**30.788**	**61.887**	**22.984**	**6.194**	**4.259**	**127.129**
Taxas anuais de depreciação		20%	10%	10%	4 a 10%		

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	ARO	Outros	Obras em andamento	Consolidado Total
Em 01 de janeiro de 2012	4.426	47.472	109.566	55.934	2.830	7.552	8.316	236.096
Adições	-	-	2.373	267	6.511	3.389	5.452	17.992
Baixas, líquidas	-	-	(133)	(9)	-	(294)	(96)	(532)
Depreciação	-	(5.354)	(22.569)	(12.431)	(1.334)	(892)	-	(42.580)
Transferência entre ativos	-	-	10.764	666	-	(1.836)	(9.594)	-
Em 31 de dezembro de 2012	4.426	42.118	100.001	44.427	8.007	7.919	4.078	210.976
Adições	-	-	1.499	204	5.486	2.927	5.850	15.966
Baixas, líquidas	-	-	(233)	(3)	-	(105)	(165)	(506)
Depreciação	-	(5.355)	(22.567)	(11.791)	(2.712)	(1.027)	-	(43.452)
Transferência entre ativos	-	-	5.876	178	-	(2.117)	(3.937)	-
Em 31 de dezembro de 2013	**4.426**	**36.763**	**84.576**	**33.015**	**10.781**	**7.597**	**5.826**	**182.984**
Custo total	4.426	109.114	323.470	175.190	17.146	25.740	5.826	660.912
Depreciação acumulada	-	(72.351)	(238.894)	(142.175)	(6.365)	(18.143)	-	(477.928)
Saldo líquido	**4.426**	**36.763**	**84.576**	**33.015**	**10.781**	**7.597**	**5.826**	**182.984**
Taxas anuais de depreciação		20%	10%	10%	14%	4 a 10%		

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R$ 28.400 (2012 – R$ 28.724) e a de despesas, R$ 1.385 (2012 – R$ 1.344) na controladora e R$ 41.566 (2012 – R$ 40.679) e R$ 1.985 (2012 – R$ 1.901) no consolidado, respectivamente.
Certos bens do ativo imobilizado estão garantindo pagamentos de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 16 (f)). Entre os bens dados em garantia estão terrenos, máquinas e imóveis, cujos valores líquidos totalizam R$ 9.096. Estes processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, porém os bens do ativo imobilizado dados como garantias apenas deixarão de ser penhorados quando ocorrer o pagamento total dos parcelamentos.
Em 31 de dezembro de 2013, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2014.
O custo de recuperação de mina, líquido de exaustão, no valor de R$ 10.781 (2012 – R$ 8.007), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 17). A exaustão deste custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.
Estão incluídos na rubrica "outros" os veículos adquiridos através de leasing financeiro, cujo valor residual é de R$ 225 (2012 – R$ 482) na controladora e R$ 299 (2012 - R$ 587) no consolidado, respectivamente.

13. Intangível

	Direito de uso de aterro		Software		Total	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2012	1.920	1.920	-	-	1.920	1.920
Adições	-	-	500	713	500	713
Amortização	(428)	(428)	(3)	(3)	(431)	(431)
Em 31 de dezembro de 2012	1.492	1.492	497	710	1.989	2.202
Adições	-	-	100	308	100	308
Amortização	(427)	(427)	(28)	(51)	(455)	(478)
Em 31 de dezembro de 2013	**1.065**	**1.065**	**569**	**967**	**1.634**	**2.032**
Taxas anuais de amortização	10%	10%	10%	10%		

A amortização do exercício é toda alocada ao custo de produção.

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos efetivos financeiros anuais	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Moeda nacional - R$					
Vendor	100% a 107% CDI	**3.542**	6.735	3.542	16.778
Arrendamento mercantil	16,02%	-	404	8	478
		3.542	7.139	3.550	17.256
Circulante		**3.542**	7.139	3.550	17.248
Não circulante		-	-	-	8

A Companhia e sua controlada possuem operações de leasing financeiro decorrente da compra de veículos, contratadas com juros de 1,24% a.m., e prazos de 12 meses. Aquarinta das essas operações são os próprios bens adquiridos. As operações com vendor possuem os próprios títulos dos clientes como garantia e prazos de 3 meses.

15. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	**968**	1.183	**1.889**	2.001
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**41**	-	**495**	606
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**1.180**	1.011	**1.268**	1.097
CFEM	-	-	**276**	247
Parcelamento de tributos federais (b)	**6.988**	7.221	**6.988**	7.221
Imposto de renda e contribuição social	-	443	**6.818**	7.328
Outros Impostos	**85**	60	**132**	114
	9.262	9.918	**17.866**	18.614
Circulante	**2.878**	3.300	**11.482**	11.996
Não Circulante	**6.384**	6.618	**6.384**	6.618

O cronograma de pagamento do não circulante é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2013	2012
2013	-	614
2014	**627**	614
2015	**627**	614
2016	**627**	614
2017	**627**	614
2018	**627**	614
2019 em diante	**3.249**	2.934
Total impostos não circulante	**6.384**	6.618

(a) ICMS

(i) ICMS - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R$ 764, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 95% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ao ano e, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2013, as parcelas dilatadas vincendas em 2014 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R$ 6.539, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R$ 1.676 no exercício de 2013 (2012 – R$ 2.174).

(ii) ICMS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN

O Estado da Paraíba, através do Decreto nº 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrou no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor deste incentivo foi de R$ 4.747 (2012 – R$ 4.842) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

(b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destaca-se: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

Resumo de consolidação:

Fin social - execução fiscal	13.190
Tributos previdenciários	3.519
Outros tributos federais	2.769
Redução / desconto na consolidação	(5.376)
Compensação com prejuízos fiscais (Nota 10)	(7.659)
Valor consolidado	6.443
Atualização do parcelamento	1.307
Pagamento do parcelamento	(281)
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.469
Atualização do parcelamento	402
Pagamento do parcelamento	(650)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.221
Atualização do parcelamento	244
Pagamento do parcelamento	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**6.988**
Circulante	**604**
Não circulante	**6.384**

A distribuição por ano de vencimento das dívidas do não circulante é a seguinte:

Ano	2013	2012
2014	-	614
2015	**627**	614
2016	**627**	614
2017	**627**	614
2018	**627**	614
2019 em diante	**3.876**	3.548
	6.384	6.618

(c) Medida provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que não tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.
A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

16. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Trabalhistas	**4.934**	5.171	**5.256**	5.492
Cíveis	-	250	**427**	677
Ambientais	**1.253**	1.387	**1.253**	1.387
Tributárias			**3.687**	
	6.187	6.808	**10.623**	7.556
Circulante	**753**	387	**753**	387
Não circulante	**5.434**	6.421	**9.870**	7.169
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	**(3.782)**	(3.150)	**(4.460)**	(3.328)

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.662	1.614	250	-	7.526
Adições	624	-	-	-	624
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	-	(1.298)
Baixas por reversão	(44)	-	-	-	(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.171	1.387	250	-	6.808
Adições	226	-	-	-	226
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	-	(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**4.934**	**1.253**	**-**	**-**	**6.187**

	Consolidado Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.759	1.614	677	-	8.050
Adições	940	-	-	-	940
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	-	(1.298)
Baixas por reversão	(136)	-	-	-	(136)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.492	1.387	677	-	7.556
Adições	227	-	-	3.687	3.914
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	-	(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**5.256**	**1.253**	**427**	**3.687**	**10.623**

(a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
(b) A Companhia vem incorrendo em desembolsos relacionados aos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. A Companhia estimou os desembolsos ligados a tais atividades e, em 31 de dezembro de 2013, mantém provisionado o montante de R$ 1.253 (2012 - R$ 1.387), dos quais R$ 753 (2012 - R$ 387) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2013.
(c) O DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face deste processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R$ 3.687.
Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como não sendo de probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2013 e 2012, para as quais nenhuma provisão foi constituída. As principais causas referem-se à:
(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho
Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 01 de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.
Em 19 de abril de 2002, foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.
Posteriormente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade da manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante algumas empresas já terem efetuado acordo com o sindicato e já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso de Sindicato dos Trabalhadores. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.
(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho
A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendendo que o desfecho da ação será favorável aos interesses do Sindicato Patronal, não registrou provisão para perda em relação a esta causa. Os valores envolvidos não foram divulgados considerando a impossibilidade de mensurá-los.
(e) Auto de Infração de ICMS
A Companhia possui Auto de Infração, de nº 3.126.579-0, no montante de R$ 7.900, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em virtude do suposto não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008, julgado parcialmente improcedente e cujo montante foi reduzido para R$ 5.595. Posteriormente foi interposto o recurso para instância administrativa superior. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera perdas para esse processo e, portanto, não constituiu provisão em seus registros contábeis em relação a esse assunto.
A controlada possui o Auto de Infração, no montante de R$ 38.000, lavrado pela Secretaria de Estado da Receita do Estado da Paraíba, em razão da transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada, visto que as autoridades fiscais entenderam que neste tipo de operação existe a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS").
Esse Auto de Infração foi julgado procedente pelo Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba. Posteriormente, foi ajuizada Ação Anulatória perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade da dívida. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera que o desfecho seja desfavorável à Companhia e, portanto, não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.
(f) Garantias
Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R$ 20.539 (2012 – R$ 20.343).

17. Gastos para recuperação da mina

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais foram capitalizados quando do início das atividades de lavra (Nota 12). A controlada gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A controlada desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.
Em 2013 a Controlada contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas, o que gerou uma atualização dos gastos necessários para recomposição do ambiente em decorrência do avanço da atividade extrativista e, consequentemente, um ajuste do saldo no montante de R$ 5.486, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.
Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para recuperação e reflorestamento da área da mina é de R$ 34.818 (2012 – R$ 26.563). O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão, no montante de R$ 2.769 (2012 – R$ 2.415), foi registrado em contrapartida do custo de produção.

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	17.636
Atualização da provisão para recuperação da mina	6.512
Ajuste a valor presente	2.415
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.563
Atualização da provisão para recuperação da mina	5.486
Ajuste a valor presente	2.769
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**34.818**

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R$ 162.505, representado por 2.321.499.770 ações. A composição do capital social por classe (em número de ações) em 31 de dezembro 2013 e 2012 é demonstrada a seguir:

Ações ordinárias	812.671.840
Ações preferenciais:	
Classe "A"	987.379.050
Classe "B"	521.448.880
	2.321.499.770

Do total das ações representativas do capital social, 617.883.675 ações preferenciais classe "A" e 240.669.640 ações preferenciais classe "B" pertencem a acionistas do grupo controlador domiciliados no exterior.
As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:
• Preferenciais classe "A" – Gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes da correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
• Preferenciais classe "B" – Gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A..
Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes "A" e "B", terão preferência para subscrição de aumento de capital.
As ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo estatuto da Companhia, sujeito à aprovação da Assembleia Geral. Em determinadas situações específicas, a Companhia pode determinar pela reversão/não distribuição parcial ou total, conforme já ocorrido em exercícios passados.
(b) Reserva especial - Correção monetária especial (Lei 8.200/91)
Contabilizada com base no artigo 2o. da Lei no. 8.200, em 28 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto no. 332 de 4 de novembro de 1991, essa reserva registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.
(c) Reserva de capital – Isenção e redução de imposto de renda
Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 19 (b), até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.
(d) Reserva legal
A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.
(e) Reserva estatutária - Especial para dividendos
Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme previsto nos parágrafos 4o. e 5o. do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
(f) Reserva estatutária – Para aumento de capital
Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado. O montante dessa reserva não poderá exceder o limite de 80% do capital social.
(g) Dividendos
Um dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado na forma da lei é obrigatoriamente distribuído aos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido da controladora	11.514	50.118
Incentivos fiscais	-	(5.152)
Reserva legal	(577)	(2.506)
Base de cálculo	10.937	42.460
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.734	10.615
Dividendos adicionais propostos	7.016	-

Os dividendos mínimos obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R$ 9.750 (2012 - R$ 10.615), são demonstrados a seguir:

Quantidade de ações classe "A"	987.379.050
Dividendo - Ações classe "A"	6%
Valor nominal da ação - Lote de mil	70,00
Provisão para dividendo ações classe "A" - R$ mil	4.147
Dividendo Unitário por Ações Classe "A" - R$	0,0042
Quantidade de ações classe "B"	521.448.880
Provisão para dividendo ações classe "B" - R$ mil	2.190
Dividendo Unitário por Ações Classe "B" - R$	0,0042
Quantidade de ações ordinárias	812.671.840
Provisão para dividendo ações ordinárias - R$ mil	3.413
Dividendo Unitário por Ações Ordinárias - R$	0,0042

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.440
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	2.718
Pagamento de dividendo referente exercício anterior	(2.591)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	10.615
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.182
Pagamento de dividendos referente exercícios anteriores	(19.668)
Adiantamento de dividendo referente exercícios corrente	758
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	2.734
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**2.006**

Continua >>>

>>> continuação

19. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.514	56.987	11.082	64.339
Adições permanentes				
Realização de reserva especial	1.538	1.420	1.538	1.420
Doações	660	933	667	942
Outros	1.520	258	1.578	341
Adições temporárias				
Ajuste de RTT da diferença de depreciação	14.573	15.268	20.073	20.792
Outras diferenças de RTT	(603)	(234)	(691)	(261)
Provisão líquida de bônus com vendas	5.443	6.072	5.443	6.072
Provisões PLR	2.979	3.637	3.518	4.146
Provisão realização do estoque	-	4.886	-	4.886
Variação cambial	5.576	6.747	6.141	7.195
Provisão contingências	953	654	10.127	4.720
Outros	3.937	2.279	5.572	2.469
Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(37.997)	(46.621)	-	-
Outros	(23)	-	-	-
Exclusões temporárias				
Reversão PLR exercício anterior	(3.553)	(3.765)	(4.013)	(4.417)
Reversão bônus com vendas exercício anterior	-	(4.381)	-	(4.381)
Variação cambial líquida	(1.488)	(3.959)	(2.173)	(4.138)
Reversão provisão bônus da administração	(1.820)	(1.672)	(2.208)	(1.930)
Provisão ajuste de estoque	(4.911)	-	(4.911)	-
Reversão provisões contingências	(713)	(1.114)	(1.209)	(1.206)
Outros	(8.766)	(1.525)	(9.092)	(1.525)
Lucro real	(17.181)	35.870	41.442	99.464
Exclusão de prejuizo da controladora	-	-	17.181	-
Compensação de prejuízo fiscal - 30%	-	(10.761)	-	(10.761)
Base fiscal	(17.181)	25.109	58.623	88.703
Alíquota do imposto - %	34%	34%	34%	34%
	-	(8.537)	(19.932)	(30.158)
Imposto à alíquota da legislação - Corrente				
Deduções por incentivos fiscais (Nota 19 (b))	-	5.152	8.935	15.961
Outros	-	175	594	395
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	3.210	10.403	13.802
Créditos de adições temporárias	(6.000)	-	(6.000)	(3.240)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa	-	3.659	(4.835)	3.659
Total de imposto de renda e contribuição social - diferido	(6.000)	3.659	(10.835)	419
Alíquota efetiva	35%	12%	-18%	22%

(b) Incentivos fiscais

Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração:

A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2017 sobre o lucro da oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano, concedido levando-se em consideração a modernização da planta.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apurou lucro fiscal de lucro da exploração. Em 2012 apurou o montante de R$ 5.152 referente a incentivos fiscais de imposto de renda. A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, limitada a sua capacidade instalada, dos produtos zirconita, rutilo, ilmenita, cianita e areia bruta até o final de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada apurou R$ 8.935 (2012 – R$ 10.809) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

20. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante				
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	63	33	63	33
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (e)	3.463	1.456	3.463	1.456
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (d)	2.604	3.019	-	-
Millennium Australind (f)	758	-	758	-
	6.888	4.508	4.284	1.489
Passivo circulante				
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	576	495	576	495
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA)	341	1.440	341	1.440
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (b)	32.796	28.609	32.796	28.609
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (c)	55.760	37.219	-	-
Millennium Inorganic Ltd (França) (a)	-	-	-	80
	89.473	67.763	33.713	30.624
Resultado (a)				
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (b)	304	46	304	46
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	34	2.342	34	2.342
Millennium Inorganic Ltd (França) (a)	-	-	22.862	20.166
	338	2.388	23.201	22.554

(a) Compra / venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.

(b) Financiamento intercompany em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais. Não há prazo, juros ou encargos envolvidos na operação.

(c) Contas a pagar com a Cristal Mineração no montante de R$ 55.760 (2012 – R$ 37.219) decorrentes de compras de ilmenita.

(d) Rateio de despesas, conforme contrato estabelecido entre as partes.

(e) Pagamento de despesas de logística e armazenagem para parte relacionada.

(f) Adiantamento de dividendos referentes ao exercício de 2013.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

Participação nos lucros e resultados

Em 2013, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R$ 4.123 (2012 - R$ 3.678), registrados no resultado nas rubricas de custo de produção (das vendas) no montante de R$ 3.619 (2012 – R$ 3.052) e de despesas gerais e administrativas no montante de R$ 504 (2012 – R$ 626).

Dividendos

Em 2013, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios de R$ 2.734 (2012 – R$ 10.615).

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Diretores	1.167	1.115
Conselheiros	57	57
Comitê executivo	140	139
	1.364	1.311

21. Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vendas brutas				
Mercado Interno	377.261	428.830	455.285	509.416
Mercado Externo	10.330	18.676	33.191	38.842
Impostos incidentes sobre vendas	(67.991)	(75.794)	(75.322)	(83.118)
Descontos, abatimentos e outras deduções	(7.882)	(7.434)	(8.209)	(9.366)
	311.718	364.278	404.945	455.774

22. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Matérias primas	155.598	123.949	167.981	124.547
Materiais secundários	19.517	17.543	19.517	17.543
Materiais de embalagens	2.978	2.756	3.194	3.214
Combustíveis	26.975	26.857	27.773	27.484
Energia Elétrica	8.639	11.796	13.330	18.244
Mão de obra	53.742	51.765	62.424	64.247
Serviços de terceiros	15.476	14.171	17.581	17.824
Depreciação e amortização	30.240	30.500	44.029	43.012
Outros	39.940	58.791	34.711	49.495
	353.105	338.128	390.540	365.610
Custo de vendas	336.942	323.965	370.626	349.037
Despesas gerais e administrativas	16.163	14.163	19.914	16.573

23. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Frete	6.488	6.241	16.394	14.314
Alugueis e armazenagem	490	727	490	727
Despesas portuárias e aduaneiras	57	40	836	972
Outras despesas com vendas	228	153	230	154
	7.263	7.161	17.950	16.167

24. Outra receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas processos judiciais (a)	20.061	-	20.061	-
Honorários advocatícios (a)	(4.012)	-	(4.012)	-
Venda de outros materiais	167	388	350	652
Provisão para perda do estoque	-	(4.886)	-	(4.886)
	16.216	(4.498)	16.399	(4.234)

(a) A Companhia ajuizou ação ordinária contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) na vara Federal de Brasília, referente ao processo 2003.34.00.002814-2, objetivando a correção monetária integral e o pagamento da diferença de juros e dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás. Em 01 de outubro de 2013, a Eletrobrás depositou judicialmente o valor de R$ 20.061, a título de parcela incontroversa, em favor da Companhia perante a Caixa Econômica Federal, após decisão favorável do juiz em 30 de setembro de 2013, dando ganho de causa para a Cristal. Adicionalmente, a Companhia possui um montante de 20% a ser pago de honorários advocatícios, totalizando R$ 4.012. O saldo a receber da Eletrobrás está contabilizado na rubrica de "outros ativos", enquanto que o valor a pagar a título de honorários está contabilizado na rubrica de "outros passivos".

25. Informações por segmento de negócios

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio, realizados pela controlada e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, ilmenita e zirconita, relizados pela controlada Cristal Mineração.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

(a) Lucro bruto

			2013
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	311.718	106.599	418.317
Receita líquida entre segmentos	-	(13.372)	(13.372)
Custo das vendas	(336.942)	(47.056)	(383.998)
Custo das vendas entre segmentos	-	13.372	13.372
	(25.224)	59.543	34.319

			2012
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	364.278	104.148	468.426
Receita líquida entre segmentos	-	(23.738)	(23.738)
Custo das vendas	(323.965)	(37.724)	(361.689)
Custo das vendas entre segmentos	-	23.738	23.738
	40.313	66.424	106.737

(b) Receita por cliente

(i) Pigmento de Titânio

	2013		2012	
Grupo BASF	57.231	18%	90.994	25%
Grupo CROMEX	39.744	13%	56.395	15%
Grupo AKZO	35.132	11%	53.234	15%
Grupo ENGEFLEX	16.688	5%	19.889	5%
Grupo ALPARGATAS	10.527	3%	15.134	4%
Grupo ESTILOQUIMICA	8.530	3%	13.706	4%
Outros	143.866	47%	114.926	32%
	311.718	100%	364.278	100%

(ii) Minérios

	2013		2012	
Millennium Inorganic Chemicals (França)	22.862	21%	20.166	19%
Colorobbia Brasil Produtos para cerâmica	19.188	18%	17.951	17%
Endeka Ceramics	15.457	15%	17.475	17%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A.	20.401	19%	16.101	15%
Unimin do Brasil	3.198	3%	6.814	7%
Eurocolor Ind. e Com. de Zirco	3.198	3%	6.302	6%
Trebol	15.990	15%	6.293	6%
Outros	6.305	6%	13.046	13%
	106.599	100%	104.148	100%

(c) Receita por produto

(i) Pigmento de Titânio

	2013		2012	
Pigmento de titânio	311.718	100%	364.278	100%
	311.718	100%	364.278	100%

(ii) Minérios

	2013		2012	
Ilmenita	45.465	43%	43.092	41%
Zirconita	55.413	53%	54.634	52%
Rutilo	5.174	4%	5.958	6%
Cianita	547	1%	437	0%
Areia bruta	-	-	27	0%
	106.599	100%	104.148	100%

(d) Outras informações

(i) Pigmento de Titânio

	2013	2012
Lucro antes do IR e CS	5.514	56.987
Imobilizado		
Custo total	500.019	492.171
Depreciação acumulada	(372.890)	(343.106)
Total do ativo	564.452	594.991

(ii) Minérios

	2013	2012
Lucro antes do IR e CS	43.565	53.973
Imobilizado		
Custo total	160.891	153.277
Depreciação acumulada	(105.037)	(91.370)
Total do ativo	233.547	216.345

Para o segmento de minérios (exploração) não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividades, previstas para 2019, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

26. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	11.514	50.118
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)		
Ordinárias	812.672	812.672
Preferenciais classe "A"	987.379	987.379
Preferenciais classe "B"	521.449	521.449
Lucro básico por ação - R$		
Ordinárias	0,003	0,020
Preferenciais classe "A"	0,007	0,024
Preferenciais classe "B"	0,003	0,020

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada	Vencimento
Multi-riscos (estoques) e riscos operacionais	451.887	Julho/2014
Lucros cessantes	213.000	Maio/2014
Responsabilidade civil administradores e diretores	46.000	Maio/2014

As premissas e riscos adotados, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta do Conselho de Administração do agrupamento da totalidade das ações representativa do capital social da Companhia, com base no art. 12 da lei 6.404/76, no art. 1, inciso IV da Instrução CVM 323/2000 e na Instrução CVM 358/02. O agrupamento será efetuado na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2013, passando o capital social a ser representado por 23.214.997 (vinte e três milhões, duzentos e quatorze mil e novecentos e noventa e sete) de ações, sendo 8.126.718 (oito milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dezoito) ações ordinárias, 9.873.790 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa) ações preferenciais de classe "A" e 5.214.448 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos e quarenta e oito) ações preferenciais classe "B", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

DIRETORIA

Ciro Mattos Marino
Diretor

Ronaldo Marquez Alcantara
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ciro Mattos Marino

Jorge Michel Lepeltier

Paulo Roberto Dantas Oliveira

Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras

CONSELHO FISCAL

Massao Fábio Oya **João Roberto Sena da Paixão**

Hélio Botelho Pinto da Silva

CONTADORA

Jaciara da Silva Almeida
CRC-BA 017445-O/8 - CPF 411.143.965-91